SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA

Outubro de 2023

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Imposto sobre o Tabaco (IT)/Estampilha

Despacho n.º 10221/2023, Série II de 2023-10-04

Revisão e fixação do preço unitário da estampilha especial aplicável aos produtos sujeitos ao imposto sobre o tabaco (IT), nos termos estabelecidos pelo Código dos Impostos Especiais de Consumo

O preço unitário da estampilha especial para os produtos sujeitos ao imposto sobre o tabaco, referente ao ano económico de 2024, é fixado, respetivamente, em € 0,00510 e € 0,03597, para a versão não autocolante e para a versão autocolante, sendo que a cor da estampilha especial, referente ao ano económico de 2024, é a cor laranja.

Habitação

Lei n.º 56/2023, Série I de 2023-10-06

Aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas

A presente lei procede:

a) À criação de um apoio à promoção de habitação para arrendamento acessível;
b) Ao desenvolvimento de uma Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível;
c) À definição de regras excecionais e transitórias quanto ao valor das rendas nos novos contratos de arrendamento, subsequentes a contratos celebrados nos últimos cinco anos;
d) À definição de mecanismos de proteção dos inquilinos com contratos de arrendamento anteriores a 1990 e à garantia da justa compensação do senhorio;
e) À integração da tramitação do procedimento especial de despejo e da injunção em matéria de arrendamento junto do Balcão do Arrendatário e do Senhorio (BAS), para simplificação e melhoria do seu funcionamento e reforço das garantias das partes;
f) À aprovação de várias medidas fiscais de incentivo e apoio ao arrendamento;
g) Ao incentivo à transferência de apartamentos em alojamento local para o arrendamento habitacional;
h) À criação de uma contribuição extraordinária sobre apartamentos e estabelecimentos de hospedagem integrados numa fração autónoma de edifício em alojamento local;
i) À revogação das autorizações de residência para atividade de investimento imobiliário;
j) Ao alargamento do âmbito de isenções de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Regime Jurídico das Transformações e Cisões Transfronteiriças

Lei n.º 58/2023, Série I de 2023-10-10

Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2019/2121, na parte respeitante às transformações, fusões e cisões transfronteiriças

Relativamente às transformações, fusões e cisões transfronteiriças, o Governo é autorizado a rever os procedimentos afetos à participação dos trabalhadores no regime jurídico das fusões transfronteiriças, assim como a instituir as regras necessárias para garantir a referida participação no quadro do regime jurídico das transformações e cisões transfronteiriças.

A presente autorização legislativa terá de ser concretizada até 7 de abril de 2024.

Revalidação Automatizada das Cartas de Condução

Portaria n.º 305/2023, Série I de 2023-10-10

Define mecanismos de revalidação automatizada das cartas de condução

Passa a ser possível a revalidação automatizada da carta de condução, através da instalação de uma aplicação móvel disponibilizada pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), ou outra que lhe venha a suceder.

A revalidação automatizada da carta de condução aplica-se aos condutores cujos títulos de condução se encontram em período de revalidação.
A portaria produz efeitos a 16 de outubro de 2023, sem prejuízo da implementação dos meios tecnológicos para o efeito, que deverá ocorrer até 1 de janeiro de 2026.

Centrais de Biomassa/ Produção de energia em escala local

Aviso n.º 19669/2023, Série II de 2023-10-13

Atribuição de apoio financeiro a projetos de geração de energia à escala local em pequenas centrais de biomassa

O aviso pretende apoiar a criação de soluções para valorização da biomassa em municípios com elevado risco de incêndio rural, através da instalação de caldeiras produtoras de energia térmica e elétrica para substituição dos consumos de combustíveis fósseis em edifícios públicos e/ou comunitários.

Autoestradas dos territórios do interior do país/ taxas de portagens

Decreto-Lei n.º 97/2023, Série I de 2023-10-17

Procede à criação de um regime de redução no valor das taxas de portagens cobradas aos utilizadores nos lanços e sublanços das autoestradas dos territórios do interior do país ou onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança

A definição do valor da redução aplicável às taxas das portagens e dos lanços e sublanços serão estabelecidos por portaria.

Este regime produz efeitos a 1 de janeiro de 2024.

Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU 2030)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, Série I de 2023-10-18

Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos

O PERNU 2030 estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e específicas, bem como as medidas a implementar no quadro de resíduos não urbanos no período até 2030, e a estratégia que suporta a sua execução.

Contratos Públicos

- **Procedimentos pré-contratuais/ modelos de anúncio**

  Portaria n.º 318-A/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-10-25

  Procede à aprovação dos modelos de anúncios de acordo com formulários-tipo para a publicação de anúncios constantes do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de setembro de 2019

São aprovados os seguintes modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP):

a) O modelo único de anúncio de abertura de procedimento
b) O modelo de anúncio de adjudicação de serviços sociais e de outros serviços específicos,
c) O modelo de anúncio de hasta pública de alienação de bens móveis

São ainda estabelecidas as condições de preenchimento dos formulários dos anúncios, bem como os mecanismos do respetivo envio para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

A portaria é aplicável aos anúncios submetidos após a data da sua entrada em vigor, ou seja, 24 de janeiro de 2024, independentemente do momento do início do procedimento.

- **"Portal BASE" - Portal Dos Contratos Públicos**
  Portaria n.º 318-B/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-10-25
  Procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro

  O portal BASE disponibiliza informação sobre a formação e execução dos contratos públicos sujeitos ao CCP e legislação conexa, contendo igualmente uma parte reservada com dados relevantes para efeitos de auditoria e controlo da atividade contratual da Administração Pública.

  Este portal constitui, ainda, o instrumento central de produção de informação estatística sobre a contratação pública nacional, nomeadamente para efeitos de elaboração dos relatórios anuais da contratação pública e dos relatórios estatísticos a remeter à Comissão Europeia.
  O disposto nesta portaria é aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados após a data da entrada em vigor da presente portaria, ou seja, após o dia 26 de outubro de 2023.

  A portaria produz efeitos a partir do dia 26 de janeiro de 2024.

Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão para o período de programação 2021-2027
Portaria n.º 325/2023, Série I de 2023-10-30
Adota o Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão para o período de programação 2021-2027

O Regulamento Específico, em anexo à presente portaria, entra em vigor no dia 31 de outubro de 2023.

Coeficiente de Atualização das Rendas
Aviso n.º 20980-A/2023, 1º Suplemento, Série II de 2023-10-30
Divulgação do coeficiente previsto na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro

O coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento é de 1,0694.

Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital

Portaria n.º 328-B/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-10-30

Segunda alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital

Esta alteração cria outros instrumentos, quer no âmbito dos Sistemas de Incentivos, quer dos Sistemas de Apoio, designadamente os apoios à criação do conhecimento científico e tecnológico e às ações coletivas.

A Portaria entra em vigor no dia 31 de outubro de 2023, sem prejuízo de algumas exceções.

Produtos Alimentares / Isenção do IVA

Lei n.º 60-A/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-10-31

Prorroga a aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares até 31 de dezembro de 2023, alterando a Lei n.º 17/2023, de 14 de abril

Portarias de Extensão

- *Portaria n.º 294/2023, Série I de 2023-10-03*

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios (ANIL) e outra e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE

- *Portaria n.º 301/2023, Série I de 2023-10-06*

*Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário, Confeção e Moda - **ANIVEC/APIV** e o Sindicato das Indústrias e Afins - SINDEQ*

- *Portaria n.º 302/2023, Série I de 2023-10-06*

*Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (**ANCIPA**) e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Serviços - SITESE (confeitaria e conservação de fruta - administrativos)*

- *Portaria n.º 303/2023, Série I de 2023-10-06*

*Portaria de extensão do contrato coletivo entre a **Associação Empresarial de Viana do Castelo** e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal*

- *Portaria n.º 304/2023, Série I de 2023-10-09*

Portaria de extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL) e outras e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins – SETAAB

- *Portaria n.º 312/2023, Série I de 2023-10-16*

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal - AIMMAP e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia

- *Portaria n.º 327/2023, Série I de 2023-10-30*

*Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário, Confeção e Moda - **ANIVEC/APIV** e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE*

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2023/A, Série I de 2023-10-26

Regulamenta a taxa regional, designada de ecotaxa marítima, que é devida pelos passageiros sem domicílio fiscal na Região Autónoma dos Açores, que desembarquem em navio de cruzeiro em escala nos terminais da Região

O diploma entra em vigor no dia 27 de outubro de 2023.

LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

Equipamentos de Rádio / Requisitos Essenciais

Regulamento Delegado (UE) 2023/2444 da Comissão, de 20 de julho de 2023, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2022/30, no que diz respeito à data de aplicação dos requisitos essenciais aplicáveis aos equipamentos de rádio, e que retifica esse regulamento

(J.O. L de 27.10.2023)

Setores da carne de aves de capoeira e dos ovos e ovalbumina / fixação dos preços

Regulamento de Execução (UE) 2023/2448 da Comissão, de 25 de outubro de 2023, que altera o Regulamento (CE) n.º 1484/95 no que respeita à fixação dos preços representativos nos setores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina

(J.O. L de 27.10.2023)

Outubro de 2023